

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A AGENDA 2030 DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Professor da Graduação e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.

E-mail:

jonathascarvalhos@yahoo.com.br

RESUMO

Trata da atuação das bibliotecas na Agenda 2030 com ênfase na atuação das bibliotecas prisionais. Apresenta como ponto de partida a seguinte pergunta: como a biblioteca prisional pode contribuir para os múltiplos desenvolvimentos da comunidade carcerária alinhada aos pressupostos da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)? Define como objetivo abordar as perspectivas de contribuição da biblioteca para a Agenda 2030 com ênfase nas bibliotecas prisionais e seus múltiplos processos potenciais de ressocialização atuação junto à comunidade carcerária. Conclui que o grande legado de uma biblioteca não é pertencente às ações que empreendem em si, mas aos impactos/interferências que essas ações provocam na comunidade/usuário. As bibliotecas prisionais possuem múltiplas perspectivas de atuação no âmbito da ressocialização de presos por meio de práticas pautadas em categorias como formação de leitores/alfabetização/letramento informativo, dinamização do acervo, trabalho/profissão/emprego, entretenimento e lazer e relações humanas e sustentadas por aplicações norteadoras e pragmáticas.

Palavras-chave: Bibliotecas – bibliotecas prisionais. Agenda 2030 – Organização das Nações Unidas. Biblioteconomia. Comunidade carcerária.

PROSPECTIVE LIBRARY PROSPECTS AND CONTRIBUTIONS TO UNITED NATIONS ORGANIZATION SCHEDULE 2030

ABSTRACT

It deals with the activities of libraries in Agenda 2030 with an emphasis on the work of prison libraries. It presents as a starting point the following question: how can the prison library contribute to the multiple developments of the prison community aligned with the presuppositions of the United Nations (UN) agenda 2030? It aims to address the contribution perspectives of the library to Agenda 2030 with an emphasis on prison libraries and their multiple

potential processes of resocialization working with the prison community. It concludes that the great legacy of a library is not pertaining to the actions that they undertake in themselves, but to the impacts / interferences that these actions provoke in the community / user. Prison libraries have multiple perspectives for the resocialization of prisoners by means of practices based on categories such as literacy training, information literacy, collection of work, work / profession / employment, entertainment and leisure, and human relationships. guiding and pragmatic applications.

Keywords: Libraries - prison libraries. Schedule 2030 - United Nations. Librarianship. Community incarceration.

1 INTRODUÇÃO

É muito comum a ocorrência de múltiplas reações convergentes, divergentes, polêmicas e peculiares de espanto, medo, revolta, preocupação, arbitrariedade, impotência, ignorância, participação etc quando o assunto em pauta são os presídios brasileiros (conjuntura carcerária em nível local, estadual ou nacional) e mais propriamente os presos em si. Embora as reações sejam das mais diversas é quase consensual que a situação dos presídios no Brasil é amplamente precária e a política de ressocialização dos presos é ineficaz e contraproducente do ponto de vista humano.

Sabidamente, parte considerável dos problemas de presídios e presos no Brasil se dá pela falta e inconsistência de políticas públicas de cultura, educação, desenvolvimento social e segurança pública nos ambientes externos e cotidianos da sociedade que têm expandido, sobretudo, práticas criminosas e de violência das mais diversas estirpes (simbólica, física, sexual, psicológica, verbal e negligência) ampliando exponencialmente o número de presos e a incapacidade do Estado em lidar com o problema da criminalidade e violência dentro e fora dos altos muros que cercam os cárceres.

Quando o Estado como o brasileiro entende Educação, Cultura, Desenvolvimento Social e Segurança Pública como gastos e não investimentos integrados/associados, inegavelmente os resultados são nefastos para a sociedade tornando os presídios grandes laboratórios experimentais da criminalidade e violência. Evidentemente que os resultados de mudanças via políticas públicas não é imediato, mas é preciso urgência nos

investimentos para modificar esse quadro de criminalidade e ressocialização nos presídios.

Uma das alternativas é o investimento mais estratégico e consistente das políticas de educação, cultura e informação nos presídios a partir da implantação de um sistema de bibliotecas carcerário que permita a promoção do acesso à informação para públicos historicamente marginalizados. Não há ainda a mentalidade de estruturar redes de bibliotecas nos presídios que poderiam ser eficazes para o acesso à informação para a comunidade carcerária.

O presente artigo é resultado da conferência proferida no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBBD) na mesa redonda intitulada “**Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas – as bibliotecas prisionais**” que contou, além da participação do professor e autor deste artigo (Jonathas Carvalho), também de Itamar Xavier de Camargo (grande protagonista na causa das bibliotecas prisionais) e a mediação de Catia Lindemann (Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais FEBAB).

De maneira mais categórica, este artigo é resultado de um grande marco histórico, visto que pela primeira vez as bibliotecas prisionais exerceram grande protagonismo como discurso institucional em um evento da envergadura do CBBBD (com mesa redonda, workshop e outras atividades) Em outras palavras, este artigo é resultado dos esforços da Gestão da FEBAB que organizou o CBBBD 2017 e inseriu as bibliotecas prisionais na pauta, bem como instituiu a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, que se consolida como ação político-institucional. Em verdade, este artigo é resultado de todos aqueles que direta e/ou indiretamente atuam por uma pauta mais mobilizadora, propositiva e de concretização em torno das bibliotecas prisionais.

Assim, o artigo tem como ponto de partida a seguinte pergunta: como a biblioteca prisional pode contribuir para os múltiplos desenvolvimentos da comunidade carcerária alinhada aos pressupostos da agenda 2030 da ONU?

Apresenta como objetivo abordar as perspectivas de contribuição da biblioteca para a Agenda 2030 com ênfase nas bibliotecas prisionais e seus múltiplos processos potenciais de atuação e ressocialização junto à comunidade carcerária.

O artigo é dividido nas seguintes seções: discussão sobre a Agenda 2030 da ONU; possíveis contribuições da biblioteca para a Agenda 2030; aspectos legais da biblioteca

prisional e suas tipologias de ressocialização; e contribuições das bibliotecas prisionais através de uma atuação especializada da Biblioteconomia.

2 AGENDA 2030 DA ONU: O PROGNÓSTICO RESPONSIVO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO?

A Agenda 2030, lançada em 2015 e elaborada pela ONU, se constitui como plano de ação para pensar o futuro do planeta e da humanidade através de uma atuação colaborativa entre as nações por meio de 17 objetivos e 169 metas. Os objetivos buscam contemplar um conjunto de variáveis temáticas que estão disponíveis e detalhadas no site <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. O quadro que segue explicita de maneira mais didática os objetivos da Agenda supramencionada:

Quadro 1 – Objetivos da Agenda 2030

Categorias	Objetivos
Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Saúde e Bem Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Consumo e produções sustentáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015).

Do ponto de vista contêudístico-propositivo, a Agenda 2030 concebe interfaces vitais para repensar o desenvolvimento humano e natural do planeta, considerando as múltiplas nuances que apresenta. No entanto, essas interfaces humano-naturais só podem ser aplicadas com esforços coletivos e colaborativos das nações, em especial, de bancos, indústrias, empresas de diversos setores, Estado (em níveis Federal, Estadual e Municipal), Terceiro Setor, movimentos sociais e de classe, além de outros segmentos da sociedade civil e de cada indivíduo.

Para tanto, um conjunto de responsabilidades deve ser encarada, visando um olhar mais estratégico e alteritário para o cumprimento da Agenda 2030 buscando meios para o cumprimento de cada objetivo proposto. Essas responsabilidades são fundantes para o desenvolvimento do planeta e requerem uma maciça construção institucional (dos diversos órgãos público-privados que dimensionam decisões para o futuro do planeta), a saber:

- a) **responsabilidade humana** – práticas dos sujeitos em prol do coletivo no combate ao preconceito, intolerância e respeito às diferenças;
- b) **responsabilidade organizacional** – ação sustentável de empresas, indústrias, bancos etc e a valorização social do setor produtivo;
- c) **responsabilidade política** – tomadas de decisão em nível legislativo, executivo e judiciário;

- d) **responsabilidade político-institucional** – tomadas de decisão de órgãos nacionais e internacionais;
- e) **responsabilidade ambiental** – uso equilibrado de recursos naturais, energéticos, hídricos, minerais etc;
- f) **responsabilidade cultural** – estratégias acerca da proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais relacionadas à cultura humana e organizacional contemplando fundamentos relacionados ao patrimônio e capital material e imaterial e a preservação da memória;
- g) **responsabilidade educacional** – construção de uma educação integral pautada no desenvolvimento humano;
- h) **responsabilidade de gênero** – empoderamento equitativo de gêneros;
- i) **responsabilidade urbana** – planejamento considerando processos de mobilidade, infraestrutura, acesso consciente aos bens públicos, transporte, com prioridade no coletivo;
- j) **responsabilidade científica** – pesquisa e inovação para criação de ideias e produtos para resolução de problemas;
- k) **responsabilidade comunicativa-informativa** – empreender meios para mostrar a pluralidade de concepções de mundo para exercer a diversidade social.

O termo **responsabilidade** é instituído em virtude de que nessa Agenda, é preciso pensar sobre o compromisso e até a obrigação de cada sujeito e, principalmente, das grandes organizações/instituições público-privadas, responderem pelas suas próprias ações e pelas ações dos outros, criando esforços cooperativos para o cumprimento da Agenda.

Ademais, há um elemento fundamentalmente relevante para o cumprimento da Agenda 2030 que é a superação da nefasta pergunta “Quem paga a conta?”, pois, em grande medida, parte considerável dos problemas sociais e naturais que a humanidade e o planeta apresentam são oriundos de uma projeção eminentemente desregulada de grandes grupos público-privados no que se refere a ações político-econômicas e a capacidade de estabelecer a concepção de lucro ou ganho financeiro como diretriz prioritária do planeta acima da perspectiva de subsistência, erradicação da pobreza, cultura, educação e uso equilibrado dos recursos naturais, que engendram uma latente desigualdade.

3 E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA PARA A AGENDA 2030?

A biblioteca precisa estar atenta para as múltiplas realidades que se apresentam. A Agenda 2030 é um sinal do nível de complexidade do século XXI e de como a biblioteca deve se adequar a todos os objetivos e metas propostos, considerando os aspectos gerais e específicos da Agenda.

A primeira contribuição é concernente à biblioteca na perspectiva da prática informacional que implica em uma aproximação mais efetiva da biblioteca junto ao cotidiano social para busca, acesso e partilha da informação. A biblioteca como ambiente de prática informacional tem seu foco central na comunidade social (HARLAN, 2012; WILSON; SAVOLAINEN, 2009), ou seja, nos múltiplos sujeitos que participam dos processos de armazenamento, produção, mediação, acesso, uso e apropriação da informação.

Silva (2017) pondera uma multiplicidade dinâmica de sujeitos que fazem parte dos processos de informação, a saber: **sujeitos humanos** (autor, mediador e usuário), **sujeitos não humanos** (documentos/artefatos/tecnologias), **sujeitos organizacionais/institucionais** (organizações/instituições que possuem ambientes de informação e gestores institucionais).

Desse modo, as práticas informacionais vislumbram uma percepção holística de como se deve atuar valorizando todos os tipos de sujeitos pertencentes direta ou indiretamente à biblioteca para contribuir com erradicação da pobreza, combate à fome, saúde, educação, cultura, meio ambiente, comunidades sustentáveis, formas de vida em diversos ambientes (terrestres, aquáticos e aéreos), promoção da paz, entre outros.

A biblioteca como ambiente de prática informacional, ao focalizar os sujeitos que utilizam informação, busca mecanismos para compreender os processos histórico-culturais dos sujeitos que o levam a buscar/acessar/utilizar informação, assim como suas necessidades mediante esses processos. Para tanto, conforme Savolainen (2012) é pertinente situar três aspectos que denotam os processos histórico-culturais em que uma necessidade de informação pode ser identificada: situação da ação (surge a partir de fatores temporais, espaciais e situacionais); desempenho da tarefa (problema ou tarefa a

ser resolvida) e diálogo (surge das comunicações escritas ou verbais entre sujeitos da informação).

Os três aspectos elencados, preconizam a concepção de uma biblioteca que esteja mais atenta aos processos históricos, pragmáticos e comunicacionais que os sujeitos da informação, especialmente, usuários que os estimulem para uma construção mais ampla e socialmente referenciada de busca e satisfação de necessidades de informação que estão contempladas nos objetivos da Agenda 2030.

Estabelecendo uma correlação entre práticas informacionais, necessidades de informação e perspectivas de construção da biblioteca para a agenda 2030, vale destacar o discurso de Silva (2012, p. 106-108) que pondera tipos de necessidades de informação que buscam delinear um olhar mais amplo sobre como uma biblioteca deve atuar em termos de informação com os sujeitos envolvidos, de acordo com o quadro que segue:

Quadro 2 – Percepções sobre necessidades de informação no âmbito das práticas informacionais

Processos	Tipos de necessidades de informação	Significados
Históricos e cronológicos	Imediata	é aquela necessidade sentida pelo indivíduo/usuário em um momento específico que demanda uma satisfação pontual e rápida;
	Mediata	é aquela necessidade sentida pelo indivíduo/usuário que vai sendo amadurecida a partir de um processo histórico.
Humanos	Individual	é aquela necessidade sentida de uma reflexão do indivíduo/usuário em que muitas vezes não sabe precisamente de onde foi constituída, mas simplesmente percebida e que precisa ser satisfeita.
	Coletiva	é aquela necessidade percebida por um grupo de pessoas (comunidade de usuários) simultaneamente ou não.
Psicossociais	Consciente	é aquela necessidade que o indivíduo/usuário sabe onde, quando, como e/ou porque foi percebida, bem como onde, quando, como e/ou porque poderá/deverá supri-la.
	Inconsciente	é aquela necessidade que o indivíduo/usuário não identifica de forma direta ou mesmo que sente, mas não contextualiza de forma efetiva onde, quando, como e/ou porque ocorreu, o que dificulta suas perspectivas de satisfação.

Institucionais e pedagógicas	Necessidade interativa entre ambiente de informação e comunidade	neste plano, considerado mais geral, podem-se apresentar duas necessidades que devem buscar uma adequação. A primeira necessidade reside em ser reconhecida perante a comunidade por meio de sua atuação (serviços propostos, planejamento desenvolvido, estratégias de marketing, estrutura física, aparato tecnológico, etc.) e a comunidade tem uma necessidade de construir informação a partir da atuação do centro de informação que, em muitos casos, se configura como uma necessidade de inconsciente, haja vista que o usuário pode admitir a necessidade, mas não vislumbrar em um centro de informação a possibilidade de contribuição para resolver essa necessidade.
	Necessidade interativa entre sujeito usuário e profissional da informação	neste plano, considerado mais específico e materializado no âmbito das relações/interações sociais, o papel do profissional da informação é crucial, pois é a partir dele que as ações do centro de informação permitirão aguçar e satisfazer as necessidades de informação dos indivíduos/usuários. É papel do profissional da informação construir propostas de ação (serviços variados, aplicação frequente e dinâmica de estudos de usuários, entre outros), visando compreender e satisfazer necessidades de informação, bem como fomentar a inclusão de novos usuários.

Fonte: Adaptado de Silva (2012).

Podemos perceber que a biblioteca contemporânea na acepção semântica mais ampla do termo, deve ser sustentada por um conjunto de práticas informacionais (focalizada nas comunidades sociais e na dimensão histórico-cultural dos sujeitos) que busquem, de modo coordenado, o reconhecimento da multiplicidade de sujeitos passíveis do acesso/uso da informação e de suas múltiplas necessidades de informação, conforme elencado no quadro 2, visando empreender ações que busquem uma aproximação e satisfação junto aos objetivos estabelecidos pela Agenda 2030.

A segunda contribuição é consequência da primeira, e aponta a biblioteca como ambiente de informação no sentido de ser estrategicamente planejado com intencionalidades político-institucionais e sociais que atuam com:

- a) gestão (de pessoas, acervos, tecnologias, serviços/produtos, pessoas, planejamento e avaliação);

- b) processos (a exemplo da organização, mediação, disseminação, acesso, recuperação, uso e apropriação);
- c) fluxos (atinentes ao curso/fluidez da biblioteca em suas diversas ações); e
- d) tecnologias (disposição/acesso/uso dos diversos suportes/documentos/acervos/equipamentos de cunho físico e/ou digital);
- e) para e com sujeitos humanos (equipe de profissionais e usuários), não humanos (documentos/acervos/artefatos) e institucionais (gestores) com a finalidade de promover ações para satisfação de desejos/demandas/necessidades de informação, formação de competências, tomadas de decisão, construção de novos conhecimentos, geração de novos processos comunicacionais e resolução de problemas de informação.

Em síntese, a biblioteca tem papel preponderante de atuar para preconizar as responsabilidades indicadas na primeira seção deste artigo, visando atender aos objetivos propostos na Agenda 2030 que são temáticas fundamentalmente relevantes para o desenvolvimento da prática informacional da biblioteca.

4 DO MITO AO RITO LEGAL DA BIBLIOTECA PRISIONAL E SUAS TIPOLOGIAS DE RESSOCIALIZAÇÃO

No âmbito do Estado, muito pouco tem sido feito ou observado no que se refere à atuação em bibliotecas prisionais. Inegavelmente para que a Biblioteconomia construa um trabalho de maior solidez social é fundamentalmente relevante seus pressupostos de atuação social, tais como: estímulo ao livre acesso, democratização e partilha da informação (construção sócio-epistemológica da informação); foco nos sujeitos da informação; mediação da informação agregada à mediação da leitura e mediação cultural; políticas de informação (políticas públicas e privadas de informação; programas, projetos, eventos, cursos vinculados e compreendidos como ações de informação); proposição/criação/elaboração/execução de serviços e produtos de informação; criação, dinamização e uso das tecnologias nas práticas informacionais de cunho educacional, cultural, ambiental etc.

A pergunta que fica latente é: todos os pressupostos são passíveis de execução em uma biblioteca prisional através da atuação biblioteconômica? A resposta é ao mesmo

tempo sim e não. O tom afirmativo ocorre pelo fato de que todos os pressupostos indicados no parágrafo anterior são aplicáveis em qualquer ambiente de informação e em qualquer prática de informação em organizações/instituições que envolvam processos, fluxos, gestão e tecnologias. Já o tom negativo ocorre pelo fato das escassas ações envidadas pelo Estado em relação a políticas públicas de informação para ambientes prisionais, bem como pelas escassas ações envidadas pelas Escolas de Biblioteconomia, principalmente em termos de ações extensionistas (programas, projetos, cursos, eventos e/ou prestação de serviços).

Embora haja todo um espectro negativo de valores, ações político-públicas e acadêmicas com relação aos ambientes prisionais (incluindo a biblioteca), é pertinente ressaltar que há uma prerrogativa jurídica que garante a consecução de ações para o desenvolvimento de bibliotecas nos presídios, conforme assegura a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (atualizado pela Lei 13.163 de 09 de setembro de 2015). (BRASIL, 1984; 2015).

A biblioteca, na Lei retro mencionada é visualizada como ambiente de atividades de leitura e, mesmo não estabelecido na Lei, é um ambiente de prática informacional fundante para o acesso a comunidade carcerária. O artigo 21 da Lei revela que “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.”

Mesmo que o conceito de biblioteca apresentado seja reduutivo, no sentido de que seja visualizado apenas como acervo de livros, vale destacar que representa perspectiva muito promissora de construção de atividades em informação e leitura, visando transmissão de conhecimento para produção de determinadas habilidades na comunidade (instrução), atividades de entretenimento, lazer e diversão genérica (recreativo) e transmissão do conhecimento como atividade de ensino (didático).¹ Por

¹ Coadunamos com a percepção de Silva (2017) que conceitua a biblioteca como ambiente de informação no sentido de ser estrategicamente planejado com intencionalidades político-institucionais e sociais que atuam com gestão (de pessoas, acervos, tecnologias e serviços/produtos), processos (a exemplo da organização, mediação, disseminação, acesso, recuperação, uso e apropriação), fluxos (atinentes ao curso/fluidez da biblioteca em suas diversas ações) e tecnologias (disposição/acesso/uso dos diversos suportes/documentos/acervos/equipamentos de cunho físico e/ou digital) para e com sujeitos humanos (equipe de profissionais e usuários), não humanos (documentos/acervos/artefatos) e institucionais (gestores) com a finalidade de promover ações para satisfação de desejos/demandas/necessidades de

isso, mesmo de maneira redutiva, podemos observar múltiplas possibilidades de atuação da biblioteca prisional através da leitura e da informação.

A partir dessa concepção legislativa da biblioteca prisional que congrega múltiplas possibilidades de ações em torno da leitura e informação, ponderamos que a biblioteca pode contribuir para o processo de ressocialização da comunidade carcerária através das seguintes tipologias, a saber:

- a) profissional – realização de atividades estratégicas orientadas junto à comunidade para estímulo a determinadas profissões, conforme identificação de desejos/necessidades elencadas pelos sujeitos usuários;
- b) educacional – realização de atividades por meio da leitura, tanto para desenvolvimento intelectual, quanto remissão de pena, assim como atividades para alfabetização, letramento e formação escolar (básica, secundária, jovens/adultos e idosos);
- c) cultural – realização de atividades relacionadas ao fortalecimento de crenças da comunidade de usuários, bem como voltadas para preservação da memória, patrimônio questões étnico-raciais, religiosidade e ainda atividades de cunho artístico;
- d) espiritual – realização de atividades orientativas de formação teológica, valorizando a diversidade de concepções espirituais e religiosas e, principalmente, relacionadas ao estímulo das virtudes dos usuários;
- e) ético-moral – realização de atividades de estímulo à conduta dos usuários alusivas a questões diversas do cotidiano social como relação familiar, relações humanas, concepções educativo-culturais, religiosas, prática profissional e quaisquer outras temáticas de aplicação ética de forma dialogada entre biblioteca/comunidade, sentida e solicitada pela comunidade de usuários;
- f) psíquico – estímulo de atividades redimensionamento das concepções mentais dos usuários, estimulando novas dimensões comportamentais (emoções, espiritualidades, motivações, intencionalidades, valores, conhecimento etc) voltados para aspectos temáticos do cotidiano social da comunidade de

informação, formação de competências, tomadas de decisão, construção de novos conhecimentos, geração de novos processos comunicacionais e resolução de problemas de informação.

usuários (fatores profissionais, educacionais, culturais, espirituais, ético-morais, entre outras).

Podemos afirmar que as tipologias concebidas, são concepções de como a biblioteca prisional pode produzir ações que contribuam com a melhoria da qualidade de vida da comunidade carcerária durante e após o retorno ao convívio externo ou conforme afirmam Colares e Lindemann (2015) é o ato da biblioteca prisional em programar espaços educativos nos quais os presos canalizam suas energias e encontram alternativas para ampliar sua educação formal, colocando-se, por esta via, em melhores condições para o retorno à sociedade extramuros, além de alterar a rotina intramuros.

A seguir, trataremos sobre como é possível promover perspectivas de execução das bibliotecas prisionais a partir de um olhar eminentemente biblioteconômico.

5 BIBLIOTECA PRISIONAL: CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE CARCERÁRIA VIA ATUAÇÃO BIBLIOTECONÔMICA

Diante de fundamentos jurídicos que sustentam a atuação da biblioteca prisional e de possíveis tipologias de ressocialização de presos através da atuação da biblioteca, elencamos um conjunto de categorias que reforçam as tipologias de ressocialização de presos e vislumbram uma perspectiva de atuação profissional biblioteconômica, quais sejam:

- a) formação de leitores/alfabetização/letramento informacional** – compreende dois aspectos: a leitura de mundo e a leitura da palavra (FREIRE, 1989). A atividade leitora é muito salutar no sentido de manter o preso com a mente ativa e incentivar a própria diminuição da pena via atividade educativo-cultural-informacional;
- b) dinamização do acervo** – envolve a práticas com acervos em seus mais diversos suportes/tipologias (bibliográfico, documental, iconográfico, áudio visual, vídeo gráfico e cartográfico) com o respaldo de **aspectos disciplinares** (política de desenvolvimento de coleções, serviços de informação, estudo de usuários e fontes de informação) e **aspectos temáticos** (mediação da informação e competência em informação) e **aspectos técnicos** como a organização, representação e sinalização, tecnológicos (prática com acervos

em ambientes digitais) e gerenciais (gestão e planejamento do acervo para otimização de serviços, tecnologias e pessoal). (SILVA, 2015);

- c) **trabalho/profissão/emprego** - poderia atuar na promoção de cursos, palestras, serviços de referência e informação utilitária sobre profissões e atividades profissionais, estimulando que os presos já consigam aprender/apreender no próprio ambiente carcerário perspectivas de prática profissional para uma possível ressocialização;
- d) **entretenimento e lazer** - os maiores sinônimos do presídio estão associados ao isolamento e falta de liberdade. É interessante uma atuação da biblioteca no sentido de incentivar formas de lazer e entretenimento cultural para a comunidade carcerária a fim de estimular novas formas de ocupação do preso após ser reinserido no ambiente social externo;
- e) **relações humanas** - a biblioteca pode atuar via serviços e produtos de informação, bem como na educação de usuários e ações culturais mostrando as vantagens na otimização das relações entre os sujeitos dentro e fora do presídio.

Quadro 3 - Perspectivas de atuação da biblioteca prisional

Categorias	Aplicações
<p>Formação de leitores, alfabetização Letramento informacional</p>	<p>Norteadoras:</p> <p>Gestão da informação - Gerenciamento do acervo; gerenciamento dos serviços; gerenciamento dos produtos; gerenciamento, acesso e uso das tecnologias digitais; gerenciamento de pessoal; planejamento das atividades da biblioteca prisional; avaliação da atividade gerencial da biblioteca prisional.</p> <p>Tecnologias da informação - definição de quais programas, softwares, bases de dados, redes sociais, sites, blogs e outros meios tecnológicos devem ser utilizados e aplicações pedagógicas das tecnologias digitais.</p> <p>Organização e tratamento da informação - estratégias dinâmicas para representação do acervo e uso de técnicas e linguagens documentárias para otimizar o acesso à informação.</p> <p>Recursos e serviços de informação - estratégias para oferecimento de serviços; elaboração para o uso das fontes de informação e definição dos produtos a serem propostos para a biblioteca prisional.</p>

<p>Dinamização do acervo</p>	<p>Práticas mediacionais – estratégias de mediação da informação, mediação da leitura e mediação cultural aplicadas as bibliotecas prisionais e estímulo à formação de competências em informação.</p>
<p>Trabalho, profissão e emprego</p>	<p>Práticas políticas – estratégias para execução de políticas, programas, planos e projetos de cunho governamental de caráter Municipal, Estadual e Federal.</p> <p>Pragmáticas:</p> <p>Uso do acervo – estímulo dinamizado ao uso dos diversos tipos de acervo/documento/fontes de informação de fomento à leitura, conforme os principais interesses dos sujeitos/usuários;</p>
<p>Entretenimento e lazer</p>	<p>Serviço de referência – transmissão de mensagens, conteúdos e materiais sobre temas diversos de leitura de mundo (assuntos do cotidiano da comunidade), assim como orientação bibliográfica e provisão de documentos;</p> <p>Serviço de informação utilitária – práticas cotidianas de acesso à informação via balcão/setor de informações, murais, guias, manuais eventos, cursos, índices e outras informações cotidianas alusivos à saúde; cultura e lazer; utilidade pública; trabalho/emprego, além de outros assuntos referentes a realidade cotidiana dos sujeitos/usuários;</p>
<p>Relações humanas</p>	<p>Disseminação seletiva da informação – estimular a leitura, de acordo com as principais demandas e necessidades dos usuários considerando suas generalidades e peculiaridades;</p> <p>Ação cultural – ações para o fortalecimento das crenças da comunidade de usuários, bem como ações para o acesso à informação relativas ao teatro, dança, desenho, pintura, música etc;</p> <p>Educação de usuários – Realização de cursos/oficinas/treinamentos sobre: as obras/autores mais utilizados no ambiente de informação; aspectos que resgatam a memória da comunidade de usuários; incentivo à leitura; temas do cotidiano social;</p> <p>Preservação da memória – valorizar obras de autores mais expressivos e antigos, visando à preservação e dinamização de ideias, teorias e questões; transformar discursos e ideias de expoentes da comunidade em acervo do ambiente de informação (discursos e experiências dos presos em palestras, cursos/oficinas e outras atividades); registrar os eventos dos ambientes de informação, transformando-os em acervo da biblioteca prisional;</p>

	Produtos – criação de guias, cartilhas, manuais, folhetos, folders, índices e outros materiais sobre leitura em seus diversos tipos e níveis de formação da comunidade de usuários.
--	---

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Percebemos que há uma multiplicidade de atuação biblioteconômica em um contexto pedagógico nas bibliotecas prisionais, tanto a partir das aplicações norteadoras (de sentido), quanto das aplicações pragmáticas (de ação). No entanto, ambas devem ser visualizadas de forma conjunta, visando uma articulação estratégica entre o norteador e o pragmático ou das ações aos sentidos (pensar como as ações serão executadas é uma forma de ação que promove sentidos) e dos sentidos as ações.

Entendemos que mais do que uma ampliação de mercado, o reconhecimento da atuação pedagógica da Biblioteconomia em presídios é uma expressão ativa e ativa do trabalho social da área do conhecimento em questão que pode ser desenvolvida desde a atuação acadêmica no campo da pesquisa e da extensão, passando pela atuação dos órgãos de classe (conselhos, associações e sindicatos) até a atuação profissional (contratação de bibliotecários para os presídios).

Para tanto, é fundamental a valorização dois pressupostos que são cruciais para a biblioteca prisional: o primeiro é de cunho externo e alusivo à valorização da política nacional de bibliotecas, sendo premente a inserção da biblioteca prisional no rol das tipologias de bibliotecas oficiais em termos de políticas públicas para que tenham investimentos públicos para uma atuação mais profícua; o segundo é de cunho interno e associado à constituição de parcerias da biblioteca prisional com entidades como escolas, universidades, terceiro setor, igreja e outros setores para o desenvolvimento das atividades expostas no quadro 3.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas se constituem como relevantes ambientes de informação para contribuição na Agenda 2030 nos mais diversos pontos por meio de perspectivas das práticas informacionais e com atuação gerencial, processual, tecnológicas, fluxos e para/com sujeitos da informação.

A contribuição da biblioteca (incluindo a prisional) para a Agenda 2030 pode ser representada pela seguinte frase: **o grande legado de uma biblioteca não é pertencente às ações que empreendem em si, mas aos impactos/interferências que essas ações provocam na comunidade/usuário.**

Isto quer dizer que a biblioteca como contribuinte da Agenda 2030 não é sustentada apenas por um conjunto estratégico de ações, mas pelas interferências que essas ações causam no contexto da sociedade local, regional, nacional e global, sendo fundamental que a biblioteca vá a sociedade para construir em conjunto o impacto dessas ações.

Quanto as bibliotecas prisionais, constatamos que devem atuar, a saber:

- a) através das práticas informacionais, inserindo os objetivos e metas da Agenda 2030 como sustentáculos de atuação (erradicação da pobreza, combate à fome, saúde, educação, cultura, meio ambiente, comunidades sustentáveis, formas de vida em diversos ambientes (terrestres, aquáticos e aéreos), promoção da paz, entre outros);
- b) processos humanos de ressocialização dos presos (profissional, educacional, cultural, espiritual, ético-moral e psíquico);
- c) através de um conjunto de ações vinculadas aos contextos da formação de leitores/alfabetização/letramento informacional, dinamização do acervo, trabalho/profissão/emprego, entretenimento e lazer e relações humanas);
- d) visando promover perspectivas para o cumprimento das responsabilidades inerentes a Agenda 2030 da ONU (humana, organizacional, política, político-institucional, ambiental, cultural, educacional, gênero urbana, científica e comunicativa-informativa).

Portanto, as bibliotecas prisionais promovem não somente uma diversidade de pesquisas no âmbito da formação de leitores/alfabetização/letramento informacional, dinamização do acervo, trabalho/profissão/emprego, entretenimento e lazer e relações humanas e de suas aplicações norteadoras (gestão da informação, tecnologias da informação, organização e tratamento da informação, recursos e serviços de informação, práticas mediacionais e práticas políticas)e pragmáticas (uso do acervo, serviço de referência, serviços de informação utilitária, disseminação seletiva da informação, ação cultural, educação de usuários, preservação da memória e produtos).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm Acesso em: 13 out. 2017.
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.163, de 9 de SETEMBRO DE 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13163.htm#art2 Acesso em: 13 out. 2017.
- COLARES, Leni Beatriz; LINDEMANN, Catia Rejane. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 3 (2015). Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16243>> Acesso em: 16 mar. 2016.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- HARLAN, Mary Ann. **Information practices of teen content creators: the intersection of action and experiences**. A Grounded Theory study. 2012. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology, Queensland, Australia, 2012. Disponível em: <http://eprints.qut.edu.au/57125/1/Mary_Harlan_Thesis.pdf> Acesso em: 13 dez. 2017.
- SAVOLAINEN, Reijo. Conceptualizing information need in context. **Information Research**, Lund, v. 17, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/17-4/paper534.html%23.WBC8zSREzDc>> Acesso em: 12 dez. 2017.
- SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Afinal, o que é uma biblioteca?** 2017. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/afinal-o-que-e-uma-biblioteca/> Acesso em: 13 set. 2017.
- SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da Informação I: perspectivas em Ciência da Informação**. São Paulo: ABECIN EDITORA, 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Fundamentos_I.pdf> Acesso em: 18 nov. 2017.
- SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Necessidades de informação e satisfação: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 102-123, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48656/52727>> Acesso em: 22 jan. 2013.
- SILVA, Jonathas Luiz Carvalho Silva. **Serviços de informação utilitária em bibliotecas**. 2015. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=925 Acesso em: 18 abr. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 13 out. 2017.
- WILSON, Thomas Daniel; SAVOLAINEN, Reijo. The behaviour/practice debate: a discussion prompted by Tom Wilson's review of Reijo Savolainen's, "Everyday information practices: a

social phenomenological perspective”. **Information Research**, Lund, v. 14, n. 2, 2009.
Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/14-2/paper403.html>> Acesso em: 12 dez.
2017.

Recebido em: 14 de dezembro de 2017 Aceito em: 15 de maio de 2018
--